

A TRAJETÓRIA E AS INTERLOCUÇÕES DO EDUCADOR PAULISTA JOÃO TOLEDO (1900-1939)¹

Maria de Lourdes PINHEIRO²

RESUMO

Este trabalho discute a educação paulista pela ótica particular da trajetória e das interlocuções do educador João Toledo no período 1900-1939, por meio de uma abordagem histórico-cultural. Não se pauta por uma biografia propriamente dita, mas privilegia seu percurso de vida e formação e abrange sua trajetória profissional e produção intelectual. Os cargos importantes que ocupou, bem como a presença pública através de artigos em revistas e livros, levaram-no a destacar-se no cenário educacional da época. Entretanto, o seu nome não consta da plataforma dos educadores do período nos escritos da história da educação brasileira, tendo sido obscurecido diante da ênfase dada aos embates educacionais que envolviam católicos e liberais naquele momento. Ao se buscar ampliar a visão sobre tais embates, foi possível resgatar da sombra e lançar à luz um educador que defendia uma proposta de educação pautada na pedagogia como “arte de ensinar” e em modelos de lição.

Palavras-chave: Toledo, João. Educação – São Paulo (Estado). Metodologia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma discussão de um dado momento da educação paulista por meio de uma ótica particular: a trajetória e as interlocuções do educador paulista João Toledo (figura 1) no período 1900-1939, através de uma abordagem histórico-cultural (CHARTIER, 1999). Para Chartier, a abordagem cultural da História resulta de um esforço para “entrar na complexidade de uma sociedade a partir de um elemento particular – uma biografia, uma existência singular, um evento, uma prática particular” (CHARTIER, 1999, p. 11), pois, “a partir deste destino individual, desta prática específica, ou deste evento, se pode reconstruir a totalidade dos laços, interdependências, relações que definem o mundo social” (CHARTIER, 1999, p. 11).

Embora o trabalho apresente como personagem principal o educador paulista João Toledo – considerado como “um espírito progressista” por uns e “conservador” por outros –

¹Esta discussão é parte integrante da tese de doutorado defendida em fevereiro de 2009, “Trajetória e interlocuções do educador paulista João Toledo (1900-1939): a permanência dos modelos de lição”, orientada pela Profa. Dra. Maria Cristina Menezes, da Faculdade de Educação/Unicamp. A tese foi desenvolvida com bolsa de pesquisa da CAPES e esteve articulada ao projeto “Preservação do Patrimônio Histórico Institucional: Escola Estadual Carlos Gomes de Campinas” (financiado pela FAPESP), no âmbito do CIVILIS/FE/UNICAMP.

²Doutora em Educação (área de História, Filosofia e Educação) e Pesquisadora do CIVILIS (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania) da Faculdade de Educação/Unicamp, coordenado pela Profa. Dra. Maria Cristina Menezes, e-mail: pinheiro.lou@gmail.com

não se trata de uma biografia no sentido estrito, ainda que Bourdieu faça um alerta: “falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história” (BOURDIEU, 1996, p. 74).

Entretanto, ao se realizar um trabalho de investigação histórica sobre um determinado personagem, a revelação do perfil do pesquisado esclarece e amplia a compreensão do contexto em que viveu; ao se estudar seu pensamento e obra, algumas questões estarão implícitas, como sua trajetória intelectual e posições assumidas ao longo de sua vida (HILSDORF, 1986), o que significa dizer que a obra de um autor acaba por refletir os movimentos e tendências de um dado momento, levando a uma melhor compreensão da época social e cultural em que viveu. Assim, é fundamental abordar o personagem estudado “como um caráter histórico, no sentido de colocá-lo entre seus contemporâneos (...) assinalando-lhe o lugar no desenvolvimento do pensamento educacional” (HILSDORF, 1986, p. 05).

Neste sentido, apresentado por Antonio D’Ávila como “um didata de méritos reconhecidos” e como “um professor de civismo e brasilidade” (D’ÁVILA, 1946, p. 112), João Augusto de Toledo (figura 1) nasceu em 12 de maio de 1879³, na cidade de Tietê, interior do Estado de São Paulo, e formou-se complementarista em 1900 pela segunda turma da Escola Complementar de Itapetininga, num momento em que a ênfase dada à formação do professor primário fundamentava-se na pedagogia entendida como arte de ensinar.

A pedagogia era tida como uma série de prescrições que podiam ser aplicadas universalmente e seus princípios baseavam-se, sobretudo, nos estudos de Pestalozzi, que defendia a importância da observação da natureza para dela deduzir as ações educativas, utilizando-se, para tanto, de um método de questionamento: a educação intuitiva. Segundo o pensador suíço, o objetivo da ação educativa era o desenvolvimento das forças humanas e os seus passos deveriam ser adaptados à essência da natureza, guia do professor para educar a mente, a mão e o coração dos alunos, a partir do princípio da observação.

Embora as escolas complementares não fornecessem o ensino técnico e pedagógico necessário ao futuro mestre, sendo alvo de inúmeras críticas, para o complementarista obter o diploma de habilitação para o magistério preliminar era necessário fazer a prática de ensino de um ano em uma escola modelo, anexa a uma escola normal, lugar em que lhe seria possibilitado o contato com práticas dadas a ver. Além disso, circulavam no Brasil, desde o final do século XIX até início do século XX, impressos destinados ao uso de professores

³João Toledo faleceu na cidade de São Paulo em 21 de dezembro de 1941, aos sessenta e dois anos de idade.

compostos por modelos de lições dos conteúdos a serem ministrados no ensino primário, tais como revistas e manuais pedagógicos, publicados com o intuito de divulgar os novos e modernos métodos de ensino.

Em relação às revistas dirigidas ao professorado, estas divulgavam amplamente diversos modelos de lições para serem imitados e a conformação que orientava a composição dessas revistas era a mesma das concepções pedagógicas que prescreviam a “arte de ensinar” como “cópia de modelos”.

É oportuno referir a questão às concepções pedagógicas que propunham a “arte de ensinar” como boa cópia de modelos. Falar aqui em “cópia” não tem o sentido pejorativo que iriam mais tarde lhe emprestar os seus críticos, no intuito de instaurar um novo paradigma de modernidade pedagógica. Falar aqui em *cópia de modelos* é falar de um tipo de atividade que, partindo da observação de *práticas de ensinar*, é capaz de extrair analiticamente os princípios que as regem e de aplicá-los inventivamente (CARVALHO, 2001, p. 148).

Os manuais pedagógicos, por sua vez, traziam os rituais das aulas ministradas junto aos normalistas e faziam circular determinados saberes, procedimentos e atividades que deveriam ser reproduzidos pelos normalistas quando fossem exercer o magistério. Definiam-se, assim, as regras tidas como ideais para a condução do ensino.

Os manuais pedagógicos [...] além de produzirem elementos de uma *cultura escolar* (CHERVEL, 1990; JULIA, 1995) [...] foram lugares de uma *cultura pedagógica* (BENITO, 2002) porque essas orientações acerca da organização do ensino primário foram o núcleo das preocupações com a própria formação do magistério e, portanto, de uma cultura específica dos professores (SILVA, 2005, p. 46).

Entretanto, a partir da propagação internacional das concepções educacionais de Dewey, Montessori e Decroly (dentre outros), os modos de conceber a finalidade do trabalho escolar e de natureza da atividade infantil no Brasil foram reconfigurados, o que refletiu numa transformação das representações das práticas escolares vigentes até então e deu início a um amplo debate sobre a Escola Nova.

Contudo, muitas das mudanças tidas como novidade pelos escolanovistas brasileiros na década de 1920 como, por exemplo, a centralidade da criança na aprendizagem e a importância do ato de observar e intuir para a construção do conhecimento do aluno, vinham sendo discutidas há um bom tempo por profissionais ligados ao ensino. Essas mesmas preocupações voltavam, porém, nos anos vinte formuladas como novas, não nos seus enunciados, mas nos seus significados.

A escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil. Serviria de base à disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, constituída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, da velocidade das transformações, da interiorização de normas de comportamentos otimizados em termos de tempos e movimentos e da valorização da perspectiva da psicologia experimental na compreensão “científica” do humano, tomado na dimensão individual (VIDAL, 2003, p. 498).

Em função disso, aprofundou-se a mudança que teve início com o ensino intuitivo no Brasil, desde o final do século XIX, no sentido de que a escola não deveria apenas oferecer situações em que o educando observasse, mas que também agisse, dando-lhe condições de elaborar o seu próprio conhecimento. E foi neste cenário que João Toledo destacou-se como uma pessoa que tinha ampla circulação e grande prestígio, sobretudo, no meio educacional paulista.



FIGURA 1: Professor João Toledo (a fotografia é, provavelmente, do final da década de 1930).

Fonte: Imagem pertencente ao acervo de D. Maria Cecília Figueiredo.

POR UMA “ESCOLA BRASILEIRA”

A partir de discussões que foram desencadeadas por determinadas medidas introduzidas pela reforma paulista de 1920 (Lei n. 1.750, de 08/12/1920)⁴, começou a ser

⁴Para saber mais a respeito da reforma de 1920, ver Antunha (1967).

questionada a institucionalização do método intuitivo⁵ que vinha fundamentando propostas de ensino no Estado de São Paulo desde as décadas finais da monarquia, tendo adentrado no período republicano.

O princípio da autonomia didática proposta por Sampaio Dória⁶, diretor geral da Instrução Pública de São Paulo, acabou sendo um dos fatores que substituiu os discursos pedagógicos (que, até então, colocavam-se como portadores de uma escola renovada) pelos discursos escolanovistas, levando a rupturas nos saberes e nas práticas escolares. Carvalho (2000) considera que a ruptura dava-se em duas direções: por um lado, a crescente valorização das ciências da educação como base da prática docente e, por outro, um didatismo progressivo, com os periódicos e manuais passando a divulgar uma proliferação de discursos sobre os fundamentos da prática pedagógica ou sobre os métodos e processos de ensino.

João Toledo, adepto das concepções de Herbart, não aderiu à proposta da Escola Nova. Formando-se complementarista num momento em que o destaque dado à formação do professor primário fundamentava-se no ensino intuitivo e na pedagogia entendida como “arte de ensinar”, é possível que Toledo visse a si mesmo como um herdeiro desse momento, retratado em alguns escritos como um período “áureo” da educação, sobretudo paulista, especialmente após as reformas republicanas instauradas a partir da década de 1890. Sendo “herdeiro”, ele deveria atuar, portanto, como um “continuador” de tais propostas, tidas como inovadoras e que deveriam romper com a prática de ensino verbalista e “tradicional”.

Assim, logo após a formatura, João Toledo foi nomeado, em maio de 1901, para a direção do Grupo Escolar de Serra Negra. Durante sua administração, estão presentes nos relatórios anuais que enviava ao secretário do Interior a sua preocupação com questões como o emprego do método intuitivo e socrático⁷. Também há destaques para a solicitação da adequação necessária do prédio provisório em que a instituição funcionava, principalmente com relação à higiene, além da ênfase com que tratava determinados assuntos, tais como as

⁵Este método colocava a intuição como fundamento de todo o conhecimento e pressupunha que sua aquisição decorreria dos sentidos e da observação. Pestalozzi defendia a abordagem indutiva em que o ensino partisse do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato. Tal forma de ensino ficou conhecida no Brasil como “lições de coisas”, ou “ensino pelas coisas”, sendo considerado um processo novo e revolucionário.

⁶Um estudo aprofundado sobre Sampaio Dória foi realizado por Medeiros, (2005).

⁷O método socrático consistia numa sequência interrogativa com a qual o professor, com perguntas bem dirigidas e concatenadas, questionava o aluno de forma a levá-lo à descoberta e à compreensão por si mesmo do princípio ou da regra que estava querendo transmitir-lhe. De forma indutiva, com base na observação, acreditava-se que se chegaria à educação da percepção ou educação intuitiva dos alunos estimulando a sua curiosidade e o seu interesse, fazendo com que refletissem, raciocinassem e tomassem parte ativa na lição.

exposições dos trabalhos manuais realizados pelos alunos durante o ano letivo e a realização das festas escolares, sobretudo as festas cívicas.

Removido em abril de 1908 para o mesmo cargo no Grupo Escolar “Cel. Joaquim Salles”, de Rio Claro, João Toledo procurava destacar, em seus relatórios anuais, os métodos e processos de ensino utilizados pelos professores no ensino dos conteúdos e ressaltava o uso do método analítico⁸ para o ensino da leitura, a partir da historieta, tal como orientava a Inspeção Geral da Instrução da Instrução Pública, representada então por Oscar Thompson.

De Rio Claro, Toledo foi removido para a Escola Normal Secundária de São Carlos, pois havia sido nomeado para reger a cadeira de Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Cívica, em fevereiro de 1913. No novo cargo, o educador fez o curso de Pedagogia Científica, oferecido pelo médico italiano Ugo Pizzoli, quando este esteve em São Paulo em 1914, a convite de Thompson, para reorganizar o Gabinete de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental da escola normal da capital⁹. Após a realização do curso, João Toledo deu início à publicação dos seus primeiros artigos, nos quais explicitava a sua concepção educacional.

Provavelmente, devido às críticas que o próprio educador fazia da sua formação como complementarista, quando o currículo apresentara uma predominância de disciplinas de caráter geral e reduzida ênfase de matérias pedagógicas, além da sua experiência como diretor de grupo escolar, quando acompanhara de perto as dificuldades enfrentadas pelos professores primários, e sendo agora lente de uma disciplina considerada de fundamental importância para a formação dos normalistas, nos artigos que passou a divulgar João Toledo argumentava que as publicações pedagógicas de então eram insuficientes para a orientação do trabalho docente,

⁸O método analítico, por vezes chamado método global, consistia em partir do ensino do “todo” para depois se proceder à análise de suas partes constitutivas e aproximava-se do processo desenvolvido pelo método intuitivo no que diz respeito à percepção direta dos fatos, fenômenos e exemplos, para chegar à definição e à regra geral dos mesmos. No método analítico, compreendido como o mais adequado ao ensino da leitura por ser rápido e prometer uma aprendizagem eficaz, trabalhava-se com os processos de palavração (ensino da leitura pela palavra), de sentencição (ensino da leitura pela sentença) ou da historieta (ensino da leitura pelo texto como núcleo de sentido e ponto de partida para o ensino da leitura), caracterizando-se por partir de uma estrutura global para uma particular (MORTATTI, 2000). Até então, trabalhava-se a leitura pelo processo de silabação (emissão de sons) que, juntamente com os processos fônico (partindo dos sons correspondentes às letras) e de soletração (alfabético), fazia parte do método sintético, que correspondia ao ensino das “partes” para o “todo”. Por esse método, o ensino da leitura deveria iniciar-se com a apresentação das letras e seus nomes, ou de seus sons, ou das famílias silábicas, de acordo com uma ordem de dificuldade crescente. Posteriormente, ensinava-se a ler palavras formadas com essas letras e/ou sons e/ou sílabas e ensinavam-se frases isoladas ou agrupadas (MORTATTI, 2000). A partir da autonomia didática proposta por Sampaio Dória, defensores dos métodos analítico e sintético buscaram formas de conciliar o uso de ambos, passando a denominá-los por método misto ou analítico-sintético (MORTATTI, 2006).

⁹A respeito dos gabinetes instalados nas escolas normais secundárias e constituição do campo da Psicologia em São Paulo, ver Tavares (1996).

tanto das escolas normais (que formavam os futuros professores) quanto das escolas primárias. Para o autor, os professores não estavam preparados adequadamente para realizarem o que chamou de “finalidade educativa”, compreendida como a formação da moralidade do educando¹⁰. Tal concepção expressava o sentimento nacionalista que sobressaía no período e que unia grande parte da intelectualidade preocupada com questões como a busca por uma identidade nacional, a moralização dos costumes, o combate à estrangeirização do país e a regeneração da nação.

Dessa forma, João Toledo publicou vários escritos (sobre história, educação, metodologia etc.) em periódicos que tinham grande circulação nesse momento, tais como a *Revista da Escola Normal de S. Carlos*, a *Revista de Ensino* (da Associação Beneficente do Professorado Público) e a *Revista de Educação* (da Escola Normal de Piracicaba). Ao veicularem os conhecimentos pedagógicos que circulavam no meio educacional, os artigos publicados pelos periódicos atuavam como orientadores do professorado, difundindo métodos e processos de ensino, bem como roteiros e modelos de lições, “ensinando a ensinar” os conteúdos escolares.

João Toledo, por sua vez, exprimia em seus textos a necessidade da criação de uma “escola brasileira” elementar, incumbida de propagar os ideais nacionais fundamentais para a formação moral e cívica do povo. A “escola brasileira” que propunha deveria ser adaptada ao local em que estivesse inserida, observando-se as necessidades gerais dos indivíduos e as condições em que viviam, de modo a criar aptidões especiais que os habilitassem a tirar, do meio físico e social em que se achavam, proveitos para si e para a coletividade. Em função disso, o educador ressaltava que a organização da escola brasileira que sugeria não poderia repousar na forma como eram constituídas as escolas estrangeiras, porque deveriam inspirar-se nas necessidades e conveniências nacionais.

De acordo com o autor, somente pelo conhecimento da Pátria se ergueria “o edifício da nacionalidade”, fazendo do homem um cidadão. Para tanto, disciplinas específicas como a Língua Portuguesa, a Geografia e a História do Brasil, tinham papel de alta relevância, pois seriam capazes de promover a integração social e produtiva do “elemento” nacional e do

¹⁰Essa compreensão da moralidade como a finalidade da educação de João Toledo remete a Herbart, para quem a moralidade era o fim básico da educação, entendido como o processo de aperfeiçoamento do caráter humano (PATRÍCIO, 1971, antelóquio de HERBART, Johann Friedrich. **Pedagogia geral**). Para Herbart, os pilares da formação humana seriam a liberdade interior (tida como a raiz do aperfeiçoamento do homem), a perfeição, a benevolência, o direito e a equidade. De acordo com o seu pensamento pedagógico, a instrução e a cultura moral constituem para o educador dois grandes meios para cumprir a sua missão: instruir e educar moralmente a criança, dentro de um processo educativo que incluíssem a ordem e a disciplina.

estrangeiro na vida do país, impedindo, assim, que este último predominasse e desarticulasse ainda mais a gente brasileira. O método que então considerava como o que melhor alcançaria tais objetivos era o intuitivo, auxiliado pelas lições indutivas e pelos processos de exposição e arguição.

Para atingir os ideais nacionais que divulgava em seus artigos, João Toledo sugeria que as escolas elementares fizessem uso de literatura didática como instrumento de ação, por meio de livros que explorassem o entusiasmo pela bravura, pela força e pela coragem, sentimentos que seduziam facilmente as crianças. Além disso, também as festas escolares, o escotismo, a observação da natureza, a música, os jogos, o desenho e o trabalho manual eram atividades privilegiadas para incutir os sentimentos morais e cívicos necessários à conduta dos indivíduos.

“DESVALIOSAS” CONTRIBUIÇÕES

Para não ficar entre os que apenas criticavam, e acreditando na necessidade de formação de uma biblioteca do professor primário, constituída por livros didáticos que apresentassem modelos de lições, guias e roteiros para auxílio do trabalho docente, pôs-se João Toledo a escrever e a divulgar suas concepções educacionais. O seu primeiro livro, “Sombras que vivem” (1923), veio a ser aprovado no Estado de São Paulo para uso didático nas escolas primárias e complementares, antes mesmo de sua publicação oficial; também o Estado do Ceará havia aprovado a sua utilização por professores primários e complementares, durante a reforma do ensino empreendida por Lourenço Filho. Nesse momento, João Toledo era diretor da Escola Normal de Campinas e professor de Prática Pedagógica. O livro, constituído por episódios históricos nacionais aos quais se seguiam roteiros de questões, era oferecido por João Toledo como uma “contribuição desvaliosa” para colaborar na formação moral e cívica do povo.

A partir da década de 1920, com a propagação internacional das concepções educacionais da escola nova, os modos de conceber a finalidade do trabalho escolar e da atividade infantil passaram a ser gradativamente reconfigurados no Brasil, vindo a refletir-se numa transformação das práticas escolares vigentes até então, dando início a um amplo debate sobre o que era a “escola ativa”. Entretanto, muitas das mudanças tidas como novidade pelos escolanovistas brasileiros vinham sendo discutidas há um certo tempo por profissionais ligados ao ensino, sobretudo paulista, que defendiam que em São Paulo já se fizera a transição

da escola tradicional para a escola renovada desde a reforma proposta por Caetano de Campos, em 1891.

Porém, com as medidas introduzidas pela Reforma de 1920, em São Paulo, e com as demais reformas empreendidas em outros estados brasileiros, que implantaram princípios e ideias da Escola Nova¹¹, o método intuitivo, que vinha fundamentando as propostas de ensino em consonância com uma pedagogia que “ensinava a ensinar”, passou a ser questionado. Além disso, com a crescente valorização das ciências da educação como base da prática docente, discursos sobre os fundamentos da prática pedagógica ou sobre os métodos e processos de ensino, pautados pela proposta escolanovista, passaram também a ser divulgados em periódicos e manuais, buscando legitimar-se como conhecimento pedagógico moderno.

Dessa forma, tanto os manuais quanto os impressos destinados ao uso de professores em circulação nesse momento, procuraram desempenhar o papel de instrumentos de modelação para as representações e práticas docentes, e se colocavam como estratégias utilizadas tanto por aqueles que faziam a defesa da tradição pedagógica paulista (e do ensino intuitivo) quanto por defensores da Escola Nova.

Em meio a esse embate de ideias educacionais, João Toledo publicava em 1925 o seu segundo livro, “O crescimento mental”, oferecendo-o para uso dos normalistas e dos professores primários, e no qual fazia uma “exposição analítica da psicopedagogia” buscando apresentar o “conhecimento da alma da criança”. O terceiro livro, “Escola brasileira”, também de 1925, foi publicado quando João Toledo era inspetor geral do ensino. Ao trazer uma discussão sobre como deveria ser desenvolvido o programa de pedagogia nas escolas normais, o livro vinha completar o conjunto de obras que o autor dizia sentir falta para orientar a prática docente sobre a finalidade educativa das escolas elementares. Mais especificamente em “Escola brasileira”, João Toledo aprofundava a discussão sobre a instituição escolar que propunha, como deveria ser organizada, que ideais nacionais atuariam como base para a formação moral e cívica do povo, quais disciplinas compunham o currículo primário e quais se destacavam pelo seu aspecto educativo como orientadoras, modeladoras, da conduta do indivíduo. Além disso, o autor introduzia o conceito do que denominou por “noções comuns”, que não faziam parte de nenhuma disciplina específica, mas podiam ser trabalhadas em todas elas, uma vez que diziam respeito às atividades humanas e satisfaziam, a seu ver, os intuítos visados pelo ensino como, por exemplo, o de preparação do aluno para a vida.

¹¹No Ceará (1922-1923) por Lourenço Filho, na Bahia (1925) por Anísio Teixeira, em Minas Gerais (1927-1928) por Francisco Campos, no Distrito Federal (1928) por Fernando de Azevedo, no Paraná (1928) por Lysimaco Ferreira da Costa, e em Pernambuco (1928) por Carneiro Leão.

Quando publicou “Didática”, em janeiro de 1930, o educador paulista não mais argumentava que o professorado não contava com amparo técnico na sua prática docente, sobretudo em como conduzir o ensino em sala de aula. O subtítulo do livro, “nas escolas primárias”, indicava claramente a intenção do autor de oferecê-lo como referência para uso dos professores e dos normalistas. Em “Didática”, João Toledo apresentava os rumos que transformaram a educação tradicional em escola educativa e verificava que a mudança fora imposta pela ineficiência dos processos escolares em uso. Contudo, o autor ressaltava que a transição do ensino paulista, que transformava o problema do “como ensinar” em “como educar”, vinha sendo realizada desde a reforma proposta por Caetano de Campos em princípios dos anos de 1890, com o ensino intuitivo sendo considerado um processo novo e revolucionário, e a atividade da criança sendo tomada como o centro das preocupações da escola.

No livro, João Toledo discutia mais profundamente o método que considerava como o que melhor se adequava, tanto para o ensino das disciplinas constantes no programa da escola primária quanto para a formação de determinados hábitos tidos como ideais. Assim, divulgava o método misto, ou analítico-sintético, como o autor se referia às vezes, uma vez que determinadas disciplinas seriam mais bem trabalhadas a partir de um ou de outro processo de ensino, de acordo com o avanço da classe ou a lição a ser estudada. Também em “Didática”, o educador aprofundava a discussão que vinha realizando em textos anteriores sobre noções como globalização do ensino e centros de interesse, articulando-os a planos de lição oferecidos como exemplos. Elementos como estes também foram divulgados pelos escolanovistas, porém com outros significados e articulados a outra proposta.

Defendendo questões como a flexibilidade dos programas e dos horários, a ordem dos estudos e sempre sugerindo modelos de aula, João Toledo publicava o seu quarto livro, “Planos de lição”, em 1934, mais voltado ao estudo das noções comuns que propunha como um panorama das atividades humanas (mostrando o homem entre coisas e fenômenos naturais que podiam ser modificados em seu benefício e da sociedade), quando então ocupava os cargos de chefe de ensino técnico da Diretoria Geral do Ensino e assistente de Prática de Ensino da Escola de Professores do Instituto de Educação de São Paulo.

Os livros de João Toledo foram sempre objetos de críticas ou de aprovações divulgadas em artigos publicados em jornais ou em periódicos impressos para uso do professorado. Nesse sentido, defensores da escola pública paulista, como Sud Mennucci, destacavam em suas obras as indicações essenciais sobre como se desenvolvia o espírito

humano, ressaltavam a sua proposta de constituição de uma escola elementar subordinada às conveniências e necessidades nacionais como “um nobre desiderato”, e sugeriam que seus livros fossem utilizados como orientadores didáticos, pois ofereciam diretrizes seguras ao trabalho dos professores primários e ao estudo dos normalistas.

Por sua vez, os defensores da Escola Nova apontavam a reforma empreendida por Sampaio Dória em 1920, e as demais reformas realizadas em outros estados brasileiros, como aquelas que, de fato, introduziram elementos escolanovistas no ensino, revolucionando-os com as novas técnicas e os novos materiais didáticos. Para os “renovadores”, como Fernando de Azevedo, os livros de João Toledo eram obras de um idealismo moderado e, embora possuíssem ideias sólidas, conflitavam com outras ideias dominantes que expressavam um desejo de “volta ao passado”. Azevedo considerava que as obras do educador paulista careciam de rigor científico, além de apresentarem um “ecletismo didático” e uma “visão fragmentária” da Escola Nova, de forma que não se constituíam como contribuições originais, uma vez que, a seu ver, faltava-lhes um aprofundamento da discussão dos ideais renovadores que os escolanovistas defendiam para a educação popular. Para Azevedo, apenas por uma cultura geral, sociológica e científica, é que se haveria de atingir a compreensão exata dos ideais nacionais que orientariam a escola brasileira.

O ponto mais criticado nos livros de João Toledo era a defesa que fazia dos modelos de aula, pois enquanto uns consideravam-nos como perspectivas para a prática docente, como sugestões que o professor poderia modificar ou ampliar quando fosse utilizá-los, ou até mesmo como apoio ao professor “novato”, outros argumentavam que o preparo necessário para a realização da renovação do ensino não poderia se dar por meio de receitas empíricas, nem por planos e modelos de lição.

Em 1939, já aposentado da carreira do magistério, João Toledo publicava o seu último livro, “São Paulo”, que retratava episódios com figuras e acontecimentos da história deste Estado. Para Antônio D’Ávila (1974), o educador (um “herbartiano de tradição”) posicionara-se definitivamente ao lado dos que defendiam as instituições e as tradições paulistas. Assim, embora fosse considerado, tanto pelos seus críticos como pelos que o apoiavam, como uma “figura de incontestável prestígio na classe dos professores”, João Toledo foi tomado pelos defensores da Escola Nova como o “representative-man” da escola tradicional. Nesse sentido, ainda que o educador paulista não fosse um “homem de combate”, de acordo com Orlandi

(1941)¹², suas obras foram utilizadas na luta travada entre as duas posições que reivindicavam para si, nesse momento, o lugar de vozes autorizadas a falar em nome de uma nova escola, moderna e ativa, tanto pelas reformas que implementaram como por sua presença pública, por meio de inquéritos, debates e conferências, propondo a renovação educacional e a modernização da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às disputas que ocorreram no meio educacional nas décadas de 1920 e 1930, a interpretação que vem sendo dada à história da educação brasileira, sobretudo a partir da análise que Fernando de Azevedo apresentou para os embates travados então e da qual resultaram obras como “A cultura brasileira” e “A educação na encruzilhada”, apontava as realizações feitas antes da reforma empreendida por Sampaio Dória em São Paulo, como escassas, de poucas inovações, com modificações de características mais ou menos constantes, fatos que indicavam a ausência de projetos relevantes, de forma que, tanto as propostas alternativas que foram apresentadas quanto as que se opunham ao modo como os escolanovistas queriam implantar a escola renovada no país, foram tidas como “tradicionais”, defensoras dos “velhos métodos” de ensino. Em função disso, da maneira como foram interpretadas as primeiras décadas do século XX, no que se refere principalmente às discussões e realizações educacionais, os “renovadores”, especialmente os que aderiram ao Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, saíram “vencedores” da disputa.

Não se colocando nem como tradicional e nem como renovador, João Toledo fez carreira no magistério e passou de professor a administrador e de inspetor a técnico de ensino, e procurou fazer uso da sua experiência, das interlocuções que estabeleceu com profissionais contemporâneos ligados ao ensino, das apropriações e representações que fez, tanto do modelo de educação com que foi formado quanto das novas concepções que iam penetrando no país, para divulgar as suas próprias ideias educacionais, oferecendo-as como “desvaliosas” contribuições para o que acreditava ser a mais iminente das preocupações nacionais para o período histórico em que viveu, a formação moral e cívica do povo, por meio de uma escola

¹²Não há indícios de que João Toledo tenha manifestado suas opiniões fora de livros, artigos, discursos e conferências, de forma que não se tem notícia de participações suas em inquéritos ou manifestos, por exemplo. Sobre o “espírito moderado” de João Toledo, Ferraz (1942) observava que, “sem o estridor das campanhas barulhentas e dos surtos intensivos de propaganda ruidosa, em quase anonimato, a guardar continuamente o senso da conveniência e da oportunidade, João Toledo foi dos primeiros a compreender a necessidade de uma escola brasileira renovada, dentro, porém, da fórmula sábia de ‘melhorar conservando’”.

brasileira adaptada as suas condições e necessidades, defendendo uma proposta pedagógica pautada pela “arte de ensinar” e pelos modelos de lição.

Por outro lado, por estar entre os educadores que representavam a “transição” entre aqueles profissionais, educadores ou não, que se mobilizaram inicialmente para pôr em prática um determinado projeto de ensino público (que vinha desde o final do período monárquico e adentrou nos primeiros anos republicanos), alcançando um relativo êxito em suas iniciativas, e aqueles que aderiram ao Manifesto, se intitulado como os que realmente fizeram a renovação educacional, João Toledo acabou sendo relegado à penumbra¹³, e suas ideias e propostas ficaram obscurecidas na historiografia da educação brasileira.

O confronto com os escolanovistas, cuja interlocução nem sempre foi amistosa, embora as provocações fossem muito sutis, levou-o a ser uma figura de “vanguarda” para uns e “representative-man” da escola tradicional para outros. Assim, não se trata de reabilitar a figura de João Toledo como alguém com influência e participação suficientes para vencer os embates travados nas décadas de vinte e trinta, afinal, o Manifesto alçou à vanguarda nacional os seus signatários. Mas, ao ampliar a visão das disputas ocorridas, relativas a questões educacionais, que não se restringiram a católicos e liberais, este trabalho pretendeu resgatá-lo das sombras, lançando-o luz, juntamente com suas propostas que se fundamentavam, sobretudo, em concepções herbartianas.

THE TRAJECTORY AND INTERLOCUTIONS OF THE EDUCATOR JOÃO TOLEDO FROM SÃO PAULO STATE

ABSTRACT

This paper discusses the State of São Paulo education by the particular optical path and by the interlocutions of the educator João Toledo in the period 1900-1939, through a historical-cultural approach. Do not be guided biography itself, but it focuses his way of life and training and it covers their career and intellectual production. The important positions he held, as well as the public presence through articles in magazines and books, led him to excel in the educational scenario of that time. However, his name was not on the platform of the educators

¹³A metáfora das “luzes” e “sombras” foi utilizada por Catani em sua tese de doutorado, em 1989 (Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo - 1902-1919), para referir-se a um período da educação paulista que aparecia, nas pesquisas até então, como sendo de “meia-luz”, de “penumbra”, quando analisado frente às reformas educacionais implantadas nos anos subsequentes ao advento da República e a partir da década de 1920. Dessa forma, os anos intermediários vinham sendo considerados como sendo de “escassas realizações”. Carvalho (2000), por sua vez, utiliza a expressão “expelidos para o limbo”, para referir-se a uma das consequências do momento de disputa pelo controle do sistema escolar, tanto paulista quanto dos outros estados, nas décadas de 1920 a 1930, que, muitas vezes, pautava como questão fundamental delimitar o que era, afinal, a escola ativa. O trabalho de Catani utilizado neste trabalho não foi a tese de 1989, mas o livro publicado em 2003.

of the period written in the history of Brazilian education, having been obscured in the presence of the emphasis on educational clashes involving Catholics and liberal at that time. When seeking to expand the vision of such conflicts, it was possible to rescue the shadow and cast to the light an educator who advocated an educational proposal based in the pedagogy as "art of teaching" and in models of lesson.

Keywords: Toledo, João. Education – São Paulo (State). Methodology.

REFERÊNCIAS

ANTUNHA, H. C. G. **A Reforma de 1920 da instrução pública no Estado de São Paulo**. São Paulo: Tese de Doutorado, FFCL / USP, 1967.

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1943.

_____. **A educação na encruzilhada**. Problemas e discussões. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960. (Obras Completas, vol. VI)

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: _____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996, p. 74-82.

CARVALHO, M. M. C. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em Perspectiva**, SP, 14(1), 2000, p. 111-120.

_____. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (orgs.). **Brasil 500 anos:** tópicos em História da Educação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 137-167.

CATANI, D. B. **Educadores à meia-luz:** um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

CHARTIER, R. Entrevista com Roger Chartier. **Pós-História**, Assis, SP, v.7, p. 11-30, 1999.

D'ÁVILA, A. João Toledo. In: ROCCO, S. (*et al.*) (org.). **POLIANTÉIA** Comemorativa. **Centenário do Ensino Normal de S. Paulo (1846-1946)**. São Paulo: Gráfica Bréscoa, 1946, p. 112.

_____. João Toledo: sua vida e sua obra. **Boletim da Academia Paulista de Educação**, SP, n.2, 1974, 11p.

FERRAZ, J. S. Um grande educador. **Folha da Manhã**, SP, 08 jan. 1942.

HERBART, J. F. **Pedagogia geral**. Trad. Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa: Fundação, Calouste Gulbenkian, 1971.

HILSDORF, M. L. S. **Francisco Rangel Pestana:** jornalista, político, educador. São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1986.

MEDEIROS, V. A. Antonio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. São Paulo: Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, 2005.

MORTATTI, M. R. L. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. **Cadernos CEDES**, Campinas, SP, n.52, p. 41-54, 2000.

_____. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília, DF: 2006, 16p.

Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>. Acesso em 10 nov. 2007.

ORLANDI, J. O. Prof. João Augusto de Toledo. **O Estado de S. Paulo**, SP, 23 dez. 1941.

PATRÍCIO, M. F. Antelóquio. In: HERBART, J. F. **Pedagogia geral**. Trad. Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa: Fundação, Calouste Gulbenkian, 1971, p. v-xi.

SILVA, V. B. **Saberes em viagem nos manuais pedagógicos**: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970). São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

TAVARES, F. A. R. **A ordem e a medida**: escola e psicologia em São Paulo (1890 a 1930). São Paulo: Dissertação de mestrado, FEUSP, 1996.

TOLEDO, J. **Sombras que vivem**. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1923.

_____. **Escola brasileira**. Desenvolvimento do programa de pedagogia em vigor nas escolas normais. São Paulo: Imprensa Methodista, 1925.

_____. **O crescimento mental**. Exposição analítica da Psico-Pedagogia para uso dos alunos das escolas normais e dos professores do curso primário. São Paulo: Imprensa Methodista, 1925.

_____. **Didática** (nas escolas primárias). 2.ed. São Paulo: Livraria Liberdade, 1930.

_____. **Planos de lição**. Noções comuns. São Paulo: Livraria Liberdade, 1934.

_____. **São Paulo**. Variações sobre motivos da história paulista. São Paulo: Imprensa Methodista, 1939.

VIDAL, D. G. Escola nova e processo educativo. In: LOPES, E. (*et al.*). **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2003, p. 497-517.